



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONCURSO PÚBLICO

6. PROVA OBJETIVA
Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos

ESPECIALISTA AMBIENTAL I
Planejamento Ambiental I

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 70 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ PREENCHA COM SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO OS ESPAÇOS RESERVADOS NA CAPA DESTES CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 4 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Número de inscrição _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **07**.

Qual será o futuro da Amazônia?

Do futuro da Amazônia depende o futuro de todos nós. Está claro nos resultados das pesquisas científicas que a floresta é fundamental para a regulação do clima da Amazônia e do restante da América do Sul, com fortes relações com o clima global. Como o clima está mudando em todo o mundo, se as florestas da Amazônia continuarem a desaparecer, as perspectivas não são boas. Entretanto nem tudo está perdido e existem razões para manter acesa a chama da esperança.

A história da humanidade não é linear, felizmente. A queda do muro de Berlim, que marcou história no final do século passado, não era previsível dois anos antes. Modelos científicos de previsão de mudanças climáticas globais são ferramentas úteis para lidar, de forma científica, com análise dos cenários para o nosso futuro comum. O modelo do Hardley Center, por exemplo, prevê que a totalidade das florestas amazônicas desaparecerá até 2050. O modelo feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) aponta para uma perda de aproximadamente 50% no mesmo período. O que varia entre os modelos são os pressupostos teóricos e a magnitude das variáveis. O que importa é que todos apontam para o fim das florestas amazônicas, uns um pouco mais cedo, outros um pouco mais tarde.

Como podemos, pois, alimentar a chama da esperança? A ciência nos diz que, se mudarmos radicalmente o padrão de desenvolvimento em todo o mundo, o processo de mudanças climáticas se estabilizará num patamar razoável para a sobrevivência humana. Para isso, precisamos de uma nova consciência ambientalista, de caráter global. Os modelos científicos não incorporam mudanças abruptas que acontecem no comportamento humano, como ocorreu em Berlim.

Podemos também alimentar a chama da esperança focando nos casos positivos que acontecem na Amazônia. O caso do Estado do Amazonas é exemplar. Há cerca de cinco anos, o governo do Estado distribuía motosserras gratuitamente. Ainda que hoje nos pareça chocante, o que estava por trás disso era uma visão de mundo muito comum em toda a história do Brasil. As florestas nativas sempre foram vistas como um estorvo para o desenvolvimento. Na mata Atlântica, conseguimos acabar com tudo, ou quase tudo, que tínhamos: sobraram algo como 7% escondidos em fundo de vale e encostas íngremes. Sobrou também uma crescente indignação diante desse massacre, infelizmente tarde demais. O que temos de novo é que uma nova consciência ambientalista começa a ganhar escala, enquanto ainda há tempo para mudar o rumo da história amazônica.

(Grandes Reportagens, *O Estado de S.Paulo*, dezembro de 2007. Adaptado)

- 01.** Assinale a alternativa que sintetiza, respectivamente, os sentidos de cada um dos três primeiros parágrafos.
- (A) Inviabilidade para o futuro da Amazônia/ modelos científicos com pressupostos comuns/ impossibilidade de nova consciência ambientalista.
 - (B) Perspectivas promissoras para a Amazônia/ conclusões inadequadas das ciências/ o avanço das ciências em face do comportamento humano.
 - (C) Incerteza do futuro da humanidade/ a linearidade da história humana/ sobrevivência humana ameaçada.
 - (D) Possibilidades promissoras para a Amazônia/ conclusões comuns entre os vários modelos científicos/ mudança radical diante de nova consciência ambientalista.
 - (E) Projeção desastrosa para o futuro da Amazônia/ divergência quanto às conclusões dos modelos científicos/ mudanças mínimas no padrão de desenvolvimento.
- 02.** De acordo com o segundo parágrafo, os modelos científicos
- (A) tornam-se instrumentos pouco precisos na avaliação dos dados sobre o meio ambiente.
 - (B) perdem de vista as diretrizes científicas na projeção de mudanças quanto ao futuro do meio ambiente.
 - (C) revelam-se pertinentes para lidar com os imprevistos inerentes à história da humanidade.
 - (D) trabalham com hipóteses otimistas quanto às mudanças favoráveis ao futuro da Amazônia.
 - (E) divergem quanto aos pressupostos, mas coincidem quanto à projeção do futuro da Amazônia.
- 03.** Lendo-se o último parágrafo, conclui-se que a distribuição gratuita de motosserras decorreu
- (A) do fato de que o estado do Amazonas busca a exemplaridade nos cuidados com a floresta.
 - (B) de um costume arraigado entre os povos da região na mecanização dos trabalhos na floresta.
 - (C) de uma concepção equivocada das relações entre desenvolvimento e floresta nativa.
 - (D) de técnicas de adequação entre o uso de máquinas e o aproveitamento dos recursos florestais.
 - (E) da adoção, por parte do governo amazonense, de políticas de conscientização ambiental.

Considere o trecho para responder às questões de números **04 e 05**.

Como o clima está mudando em todo o mundo, se as florestas da Amazônia continuarem a desaparecer, as perspectivas não são boas. Entretanto nem tudo está perdido e existem razões para manter acesa a chama da esperança.

04. Assinale o que for correto sobre o trecho.

- (A) A oração – ... *se as florestas da Amazônia continuarem a desaparecer* ... – está corretamente reescrita em: ... caso as florestas da Amazônia continuem a desaparecer ...
- (B) A conjunção *Como*, no contexto, poderia ser substituída por *Embora*.
- (C) A oração – *Entretanto nem tudo está perdido* ... – pode ser iniciada, sem prejuízo do sentido, pela conjunção *Pois*.
- (D) A conjunção *e* estabelece entre as orações – *Entretanto nem tudo está perdido e existem razões* ... – uma relação de alternância.
- (E) A oração ... *se as florestas da Amazônia continuarem a desaparecer*, no contexto, tem o mesmo sentido do trecho destacado em: Hoje, podemos dizer ao caboclo *que a floresta vale mais em pé do que derrubada*.

05. Assinale a alternativa correta quanto à correlação do tempo verbal.

- (A) Se as florestas da Amazônia continuassem a desaparecer, as perspectivas não serão boas.
- (B) Se as florestas da Amazônia continuassem a desaparecer, as perspectivas não seriam boas.
- (C) É possível que as florestas da Amazônia continuariam a desaparecer.
- (D) As perspectivas não serão boas, se as florestas da Amazônia continuavam a desaparecer.
- (E) As perspectivas não foram boas, se as florestas da Amazônia continuarão a desaparecer.

06. Considere estas frases:

... *o processo* de mudanças climáticas se estabilizará num patamar razoável...

Sobrou também *uma crescente indignação* ...

... *o governo* do Estado distribuía motosserras ...

Se as expressões destacadas nas frases fossem usadas no plural, os verbos assumiriam, respectivamente, as seguintes formas:

- (A) se estabilizarão / sobrou/ distribuíram
- (B) se estabilizará/ sobraram / distribuiria
- (C) se estabilizarão/ sobraram/ distribuiu
- (D) se estabilizará/ sobraram/ distribuiriam
- (E) se estabilizarão/ sobraram/ distribuam

07. Assinale a alternativa em que a barra deve ser trocada por dois pontos.

- (A) Exótica e esplendorosa, mas tratada com ambigüidade e distanciamento/ a Amazônia pode ser salva.
- (B) Quando um paulista bebe um copo d'água/ está bebendo água amazônica.
- (C) Com seu mistério e sua importância vital/ a Amazônia é um irresistível objeto de interesse e curiosidade.
- (D) O que parece ser uma floresta é um mosaico de paisagens e ecossistemas diferenciados/ planaltos, depressões, montanhas, terrenos alagados, rios de todos os tamanhos, águas de cores variadas.
- (E) Enquanto 200 mil turistas brasileiros visitaram a Disney World/ apenas 150 mil visitaram o estado do Amazonas.

Leia o poema para responder às questões de números **08 a 10**.

Prece de amazonense em São Paulo

Espírito do Amazonas, me ilumina,
e sobre o caos desta metrópole,
conserva em mim ao menos um fio
do que fui na minha infância.
Não quero ser pássaro em céu de cinzas
nem amargar noites de medo
nas marginais de um rio que não renasce.
O outro rio, sereno e violento,
é pátria imaginária,
paraíso atrofiado pelo tempo.
Amazonas:
Tua ânsia de infinito ainda perdura?
Ou perdi precocemente toda a esperança?
Espírito amazonense, tímido talvez,
e desconfiado para sempre,
não me fujas em São Paulo,
nem me deixes à mercê
dos pesadelos que incendeiam o mundo.
Se o Brasil te conhecesse
antes do fim que se aproxima,
salvaria tua beleza? Teus seres desencantados?
Abre a janela de um barco
ante meus olhos,
e que ao teu profundo rio conduza
a memória de línguas estranhas
e tantas histórias ocultadas:
Amazonas.

(Milton Hatoum. Adaptado)

08. Pode-se afirmar, de acordo com o poema, que

- (A) entre um rio que não renasce e o outro, sereno e violento, interpõe-se a afetividade do poeta.
- (B) o poeta nutre por São Paulo e pelo rio Amazonas sentimentos equivalentes.
- (C) os que destroem a floresta, mais cedo ou mais tarde, acabam recebendo punição.
- (D) nem mesmo a ciência é capaz de apreender a magnitude dos encantos e mistérios do Amazonas.
- (E) ao poeta cabe apagar as lembranças desencadeadas pelo espírito do rio Amazonas.

09. Assinale a alternativa com o uso correto dos pronomes, se fosse empregada a terceira pessoa nos versos:

Se o Brasil te conhecesse
antes do fim que se aproxima,
salvaria tua beleza? Teus seres desencantados?

- (A) Se o Brasil te conhecesse/ antes do fim que se aproxima,/ salvaria sua beleza? Teus seres desencantados?
- (B) Se o Brasil o conhecesse/ antes do fim que se aproxima,/ salvaria sua beleza? Seus seres desencantados?
- (C) Se o Brasil o conhecesse/ antes do fim que se aproxima,/ salvaria tua beleza? Seus seres desencantados?
- (D) Se o Brasil lhe conhecesse/ antes do fim que se aproxima,/ salvaria sua beleza? Seus seres desencantados?
- (E) Se o Brasil lhe conhecesse/ antes do fim que se aproxima,/ salvaria sua beleza? Teus seres desencantados?

10. Atente para as afirmações:

I. Está correto o uso da crase na alteração dos versos – *Abre a janela de um barco/ante meus olhos*: Abre a janela de um barco/ frente à meus olhos ...

II. Nos versos – *Ou perdi precocemente toda a esperança?/ Espírito amazonense, tímido talvez/* – os advérbios em destaque se classificam como advérbios de modo.

III. No verso – *Não quero ser pássaro em céu de cinzas* – há emprego de linguagem figurada.

IV. Na série de palavras – *infância, imaginária, histórias* – todas elas se enquadram na mesma regra de acentuação.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. O diretor de uma imobiliária está selecionando uma equipe com exatamente dois corretores brasileiros e dois corretores estrangeiros. Os corretores brasileiros que podem ser selecionados são Alberto, Bruno, Carlos e Diogo. E os corretores estrangeiros que podem ser selecionados são Émerson, Félix e Gabriel. Todavia, há algumas incompatibilidades: Alberto não trabalha com Bruno; Félix não trabalha com Alberto; e Carlos não trabalha com Gabriel. Se Alberto for selecionado, os outros três membros da equipe deverão ser

- (A) Gabriel, Félix e Bruno.
- (B) Émerson, Gabriel e Carlos.
- (C) Diogo, Carlos e Félix.
- (D) Gabriel, Diogo e Émerson.
- (E) Bruno, Gabriel e Émerson.

12. Pedro colhe uma caixa de laranjas em 60 minutos. Leandro colhe uma caixa de laranjas em 40 minutos. Logo, trabalhando em ritmo constante e de modo independente, juntos eles colhem uma caixa de laranjas em

- (A) 20 minutos.
- (B) 24 minutos.
- (C) 30 minutos.
- (D) 32 minutos.
- (E) 36 minutos.

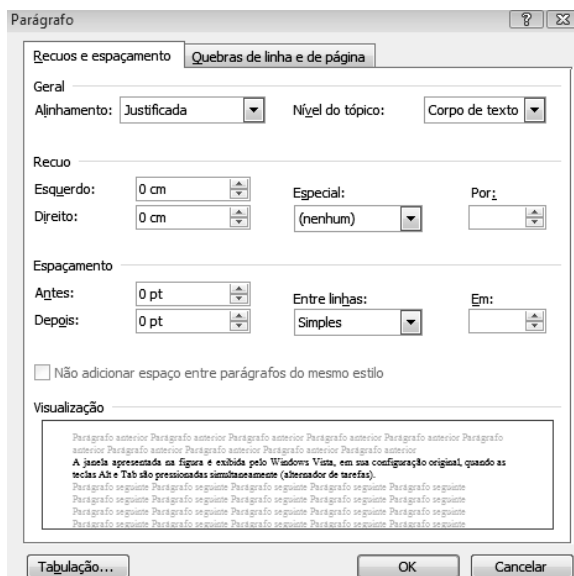
13. No ano passado, todos os novos assinantes do Diário do Galo informaram corretamente como souberam pela primeira vez da existência do jornal. Cada um apresentou uma única maneira dentre três possíveis: por um amigo assinante; por um amigo não assinante; em uma banca de revistas. As seguintes informações foram coletadas:

- 440 não conheceram o jornal por um amigo assinante;
- 470 não conheceram o jornal por um amigo não assinante;
- 590 não conheceram o jornal em uma banca de jornal.

Com isso, conclui-se que no ano passado o número total de novos assinantes do Diário do Galo foi igual a

- (A) 680.
- (B) 730.
- (C) 750.
- (D) 780.
- (E) 830.

14. No Windows Vista Home Basic, em sua configuração original, para fazer com que um tipo de arquivo sempre seja aberto por um software específico é necessário acessar a seguinte opção do Painel de Controle:
- (A) Aparência e Personalização.
 (B) Gerenciador de Dispositivos.
 (C) Personalização.
 (D) Programas e Recursos.
 (E) Programas Padrão.
15. Observando as opções da janela Parágrafo do Word XP, na sua configuração padrão, para criar um recuo na primeira linha de um parágrafo selecionado, é necessário



- (A) escolher, no quadro Geral, a opção Recuo na lista Alinhamento e Primeira linha na lista Nível do tópico.
 (B) digitar o deslocamento no box Esquerdo do quadro Recuo.
 (C) selecionar a opção Primeira linha na lista Especial do quadro Recuo e definir o espaçamento em Por.
 (D) selecionar a opção Deslocamento na lista Entre linhas do quadro Espaçamento e definir o espaçamento no Em.
 (E) selecionar a opção Primeira linha na lista Entre linhas do quadro Espaçamento e definir o espaçamento no Em.
16. Ao definir uma macro no Excel XP, é possível criar um atalho do teclado para sua execução. Esse atalho pode ser composto pela tecla _____ + uma letra minúscula definida pelo usuário. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado.
- (A) INS
 (B) CTRL
 (C) ENTER
 (D) HOME
 (E) SHIFT

17. A primeira Constituição Federal brasileira que dedicou um capítulo específico ao meio ambiente foi
- (A) a Constituição Federal de 1934.
 (B) a Constituição Federal de 1937.
 (C) a Constituição Federal de 1946.
 (D) a Constituição Federal de 1967.
 (E) a Constituição Federal de 1988.
18. Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos ambientais que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes
- (A) às emendas constitucionais.
 (B) às leis complementares.
 (C) às leis ordinárias.
 (D) aos decretos legislativos.
 (E) às resoluções.
19. Diante da preocupação com a extinção de espécies, pode-se afirmar que o Código de Caça brasileiro (Lei n.º 5.197, de 03 de janeiro de 1967), prevê que
- (A) é permitido o exercício da caça profissional.
 (B) apenas espécies de peixes exóticos poderão ser introduzidas no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida na forma da Lei.
 (C) somente é permitida a exportação para o Exterior, de peles e couros de anfíbios e répteis, em bruto.
 (D) as licenças de caçadores serão concedidas mediante pagamento de uma taxa anual equivalente a um décimo do salário-mínimo mensal.
 (E) o pagamento das licenças, registros e taxas previstos nessa lei será recolhido à Caixa Econômica Federal, em conta especial, a crédito do Fundo Federal Agropecuário, sob o título "Recursos da Fauna".
20. De acordo com a política nacional de irrigação, estabelecida pela Lei n.º 6.662/79, a concessão ou a autorização de distribuição de águas públicas, para fins de irrigação, não se extingue na seguinte hipótese:
- (A) inadimplemento.
 (B) caducidade.
 (C) despoluição ou dessalinização das águas, com prejuízos de terceiros.
 (D) dissolução ou insolvência da entidade concessionária ou autorizada.
 (E) encampação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICADA

21. Segundo a Resolução CONAMA 237/97, compete ao órgão estadual o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados em mais de um município
- (A) sem a necessidade do exame técnico procedido pelos órgãos ambientais dos municípios envolvidos, pois nesses casos o órgão estadual é soberano.
 - (B) quando o Ministério Público determinar e sem a necessidade de ouvir os municípios diretamente afetados.
 - (C) cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais desses municípios, sem a necessidade de ouvi-los, tendo em vista a soberania estadual.
 - (D) devendo ser licenciados também no nível municipal.
 - (E) após considerar o exame técnico procedido pelos órgãos ambientais dos Municípios em que se localizar a atividade ou empreendimento.
22. A outorga de direito de uso de recursos hídricos
- (A) tem como objetivo assegurar apenas o controle quantitativo dos usos da água.
 - (B) implica a alienação parcial das águas.
 - (C) poderá ser suspensa parcial ou em definitivo ou por prazo determinado se houver a necessidade premente de água para atender a situações de calamidade.
 - (D) pressupõe o não condicionamento às prioridades de uso estabelecidas nos recursos hídricos, pois é prerrogativa inerente do instrumento.
 - (E) para fins de geração de energia não estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos.
23. Uma empresa tem como objetivo implantar um gasoduto que passará pelos territórios dos municípios de São Paulo e Mauá. O licenciamento ambiental desse gasoduto dependerá de
- (A) estudo simplificado, pois o impacto ambiental desse tipo de empreendimento é insignificante e será submetido à aprovação do órgão estadual de meio ambiente, ouvido apenas o município afetado pelo comprimento maior do empreendimento.
 - (B) Estudo de Impacto Ambiental-EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental-RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual de meio ambiente, ouvidos os municípios afetados.
 - (C) Estudo de Impacto Ambiental-EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental-RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual de meio ambiente, sem a necessidade de ouvir os municípios afetados.
 - (D) Estudo de Impacto Ambiental-EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental-RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual de meio ambiente, ouvido apenas o município onde o impacto ambiental é visivelmente maior.
 - (E) estudo simplificado, pois o impacto ambiental desse tipo de empreendimento é insignificante e será submetido à aprovação do órgão estadual de meio ambiente, ouvidos os municípios envolvidos.
24. Segundo a Lei n.º 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico,
- (A) é vedada a aplicação de recursos orçamentários da União na administração, operação e manutenção de serviços públicos de saneamento básico não administrados por órgão ou entidade federal, salvo por prazo determinado em situações de eminente risco à saúde pública e ao meio ambiente.
 - (B) é permitida a aplicação de recursos orçamentários da União na administração, operação e manutenção de serviços públicos de saneamento básico não administrados por órgão ou entidade federal.
 - (C) é vedada a aplicação de recursos orçamentários da União na administração, operação e manutenção de serviços públicos de saneamento básico não administrados por órgão ou entidade federal, mesmo em situações de eminente risco à saúde pública e ao meio ambiente.
 - (D) é vedada a aplicação de recursos orçamentários da União apenas na manutenção de serviços públicos de saneamento básico não administrados por órgão ou entidade federal, sendo permitida na administração e operação.
 - (E) é vedada a aplicação de recursos orçamentários da União apenas na administração de serviços públicos de saneamento básico não administrados por órgão ou entidade federal, sendo permitida na operação e manutenção.
25. É(são) objetivo(s) da Lei Estadual de Proteção das Bacias Hidrográficas dos Mananciais de Interesse Regional do Estado de São Paulo (Lei n.º 9.866/97)
- (A) incentivar o uso e ocupação do solo no entorno das bacias hidrográficas com o intuito da população local controlar o lançamento de poluentes nas águas das represas Billings e Guarapiranga.
 - (B) preservar e recuperar os mananciais para a geração de energia para auxiliar a demanda local.
 - (C) compatibilizar as ações de preservação dos mananciais de abastecimento e as de proteção ao meio ambiente com o uso e ocupação do solo e o desenvolvimento socioeconômico.
 - (D) centralizar o planejamento e a gestão das bacias hidrográficas desses mananciais com vistas à sua proteção e à sua recuperação.
 - (E) cobrar os municípios pelo uso dos recursos hídricos.
26. É considerado crime ambiental:
- I. destruir museu protegido por lei;
 - II. lançar substância tóxica no rio, provocando mortandade de peixes;
 - III. dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais.
- Está correto o contido
- (A) somente no item I.
 - (B) somente no item II.
 - (C) somente no item III.
 - (D) em todos os itens.
 - (E) somente nos itens II e III.

27. Conforme preconiza o Código Florestal Brasileiro, a supressão de vegetação em área de preservação permanente situada em área urbana
- (A) independe de autorização do órgão ambiental municipal, pois é uma atribuição apenas do órgão federal.
 - (B) depende de autorização do órgão ambiental competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente, fundamentada em parecer técnico.
 - (C) depende de autorização do órgão ambiental competente, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente, fundamentada em parecer técnico.
 - (D) jamais poderá ser autorizada, pois é patrimônio nacional.
 - (E) depende de autorização do órgão ambiental competente e o empreendedor não necessita adotar medidas compensatórias.
28. Os municípios, para exercerem suas competências licenciatórias, deverão ter
- (A) implementados os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter consultivo e participação social e, ainda, possuir em seus quadros ou a sua disposição profissionais legalmente habilitados.
 - (B) implementados os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo, e constituídos em sua maioria, por representantes do governo.
 - (C) exclusivamente o convênio assinado com o Estado para o exercício de suas competências licitatórias.
 - (D) implementados os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter consultivo e participação social e, ainda, possuir em seus quadros ou a sua disposição profissionais legalmente habilitados e local para audiência pública.
 - (E) implementados os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e participação social e, ainda, possuir em seus quadros ou a sua disposição profissionais legalmente habilitados.
29. Na lei da Política Estadual do Meio Ambiente, quando do licenciamento de atividades,
- (A) o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA será acessível, assim como os trabalhos que forem coletados para os estudos de viabilidade técnica e econômica, na biblioteca da Secretaria do Meio Ambiente.
 - (B) o CONSEMA convocará audiência Pública para debater o licenciamento ambiental só quando requerido por organizações não-governamentais, legalmente constituídas para a defesa de interesses relacionados à proteção do meio ambiente e recursos naturais.
 - (C) os agentes de fiscalização, no exercício da ação fiscalizadora, têm assegurada a entrada em estabelecimentos públicos, desde que previamente agendada.
 - (D) a implantação e operação do empreendimento antes da expedição da respectiva licença determinarão medidas administrativas de interdição.
 - (E) órgãos ou entidades da administração direta, indireta e fundacional do Estado, chamadas a emitir pareceres, não têm prazo fixo para sua elaboração.
30. A Política Nacional de Meio Ambiente, ao estruturar o Sistema Nacional de Meio Ambiente, define que
- (A) o SISNAMA, Sistema Nacional do Meio Ambiente, é constituído exclusivamente por órgãos e entidades da União, Estado e Distrito Federal responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.
 - (B) os órgãos seccionais (Estados), responsáveis pelo controle e fiscalização das atividades capazes de provocar a degradação ambiental em suas áreas de jurisdição, podem elaborar normas e padrões relativos ao Meio Ambiente, independentemente dos que forem estabelecidos pelo CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente.
 - (C) o IBAMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis, é o órgão executivo da Política Nacional de Meio Ambiente, dentro de diretrizes governamentais fixadas, para a preservação, conservação, uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos ambientais.
 - (D) o CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente, é um órgão consultivo que assessoria o Conselho de Governo nas diretrizes e políticas governamentais e na proposição de normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado, dentro de suas competências.
 - (E) o Conselho de Governo assessoria o Presidente da República na formalização da Política Nacional e diretrizes governamentais para o Meio Ambiente, sendo constituído apenas pelos Ministérios da Agricultura, Ciência e Tecnologia, Saúde, Educação e do Meio Ambiente.
31. Os comitês de bacia, integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos,
- (A) contam em sua composição com maioria de representantes governamentais.
 - (B) arbitram como última instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos.
 - (C) aprovam o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica e acompanham sua execução, sugerindo as providências necessárias ao cumprimento de suas metas.
 - (D) estabelecem os mecanismos de cobrança de uso de recursos hídricos e determinam os valores a serem cobrados.
 - (E) não têm previsão de participação em sua composição de usuários de recursos hídricos, em sua área de atuação.

32. A Lei de Crimes Ambientais, “A Lei da Natureza”, inova como instrumento jurídico de proteção ao meio ambiente, ao

- (A) prever em todas as infrações, mecanismos de punição severa aos infratores e não permitir a aplicação de penas alternativas na constatação de danos ambientais.
- (B) estabelecer que, na imposição da penalidade, a autoridade ambiental não deve considerar a situação do infrator quanto a grau de instrução e escolaridade.
- (C) permitir, como pena restritiva de direito, que pessoas jurídicas infratoras de lei ambiental sejam contratadas ou obtenham subvenção do Poder Público.
- (D) não prever a responsabilidade penal de funcionários de órgãos ambientais, que devem responder a processos administrativos internos aos órgãos públicos.
- (E) definir responsabilidade de pessoa jurídica, inclusive penal, e também de pessoa física autora da infração.

33. O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

- (A) estabelece que a falta ou descumprimento das condições do licenciamento serão sancionados com interdição, embargo ou demolição, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei.
- (B) prevê que os Estados e Municípios possam estabelecer normas sobre o uso do solo, subsolo e águas, bem como determinar limitações à utilização de imóveis, prevalecendo sempre as disposições de natureza mais permissiva.
- (C) viabiliza na zona costeira urbanização impeditiva de acesso às praias, inclusive em trechos considerados de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas.
- (D) define zona costeira como espaço geográfico de interação do mar e terra, limitando-se a seus recursos renováveis e abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre.
- (E) exclui o sistema viário e de transporte como aspectos a serem considerados no controle e qualidade do meio ambiente do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

34. O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro

- I. desconsidera a melhoria da qualidade de vida da população entre os objetivos específicos do disciplinamento e racionalização da utilização dos recursos naturais da zona costeira no Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro;
- II. define como um de seus objetivos específicos, a otimização dos processos produtivos das atividades econômicas, observadas as limitações ambientais;
- III. setoriza a zona costeira do Estado de São Paulo em : Litoral Norte, Baixada Santista, Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia e Vale do Ribeira;
- IV. prevê, na tipologia de zoneamento, Z-1, onde se encontram os ecossistemas em pleno equilíbrio ambiental, atividades de manejo sustentado, agricultura e mineração baseada no Plano Diretor de Mineração;
- V. define como instrumentos de gerenciamento: zoneamento ecológico-econômico, sistema de informações, planos de ação e gestão, controle e monitoramento.

A alternativa correta é a que inclui apenas os itens

- (A) II, III e V.
- (B) II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I, IV e V.

35. A Política Estadual de Resíduos Sólidos estabelece que

- (A) os resíduos de serviços de saúde podem ser dispostos diretamente em aterros sanitários, para neutralizar sua periculosidade.
- (B) a minimização dos resíduos por meio de incentivos às práticas ambientais adequadas de reutilização, reciclagem, redução e recuperação é um dos princípios da Política de Resíduos.
- (C) a destinação de resíduos de emergência ambiental, em operações de remediação de áreas contaminadas, é de responsabilidade do proprietário da área e deve ter destinação adequada, não sendo necessária sua caracterização prévia.
- (D) a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos é de responsabilidade do Município, excetuando-se casos em que o ente da federação não disponha de aterro adequado e deve contar com a participação do Estado em sua gestão e de organismos da sociedade civil, tendo em vista a máxima eficiência e a adequada proteção ambiental e à saúde pública.
- (E) a queima de resíduos a céu aberto, por seu efeito poluidor, é uma prática proibida, sem previsão de qualquer exceção.

36. Para fins de definição do potencial de poluição (PP) e do grau de utilização (GU) de recursos naturais em atividades sujeitas à fiscalização, a Lei Federal n.º 6.938/1981, com suas alterações, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, estabelece, em um de seus anexos,

- (A) critérios gerais de definição de processos produtivos intensivos em energia, geradores de volume significativo de efluentes e resíduos ou de tráfego.
- (B) parâmetros de risco, insalubridade e incomodidade, relativos às emissões, e de sustentabilidade, relativos à utilização de recursos naturais.
- (C) um quadro de fragilidades ambientais a serem consideradas quando da análise prévia de empreendimentos potencialmente poluidores ou degradadores.
- (D) uma listagem de processos potencialmente perigosos ou poluidores e uma matriz referente ao emprego de recursos naturais em diferentes processos.
- (E) uma listagem de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

37. São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, definidos na Lei Federal n.º 9.433/1997,

- (A) o enquadramento dos corpos de água em classes, a compensação a municípios e a concessão dos serviços de saneamento.
- (B) o enquadramento dos corpos de água em classes, a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e a fiscalização integrada dos mananciais.
- (C) os Planos de Recursos Hídricos, a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e a cobrança pelo uso de recursos hídricos.
- (D) os Planos de Recursos Hídricos, a fiscalização integrada dos mananciais e a concessão dos serviços de saneamento.
- (E) a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos, a fiscalização integrada dos mananciais e a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

38. Um assentamento formado por lotes destinados à agricultura será implantado para fins de reforma agrária. Nos termos definidos no Código Florestal (Lei Federal n.º 4.771/65 e suas alterações), na distribuição de lotes, não devem ser incluídas as áreas

- (A) de reserva legal, florestadas ou não, constantes da documentação da propriedade reparcelada pelo plano.
- (B) de preservação permanente, florestadas ou não, na hipótese de servirem à conservação dos recursos hídricos necessários à sustentabilidade do assentamento.
- (C) de preservação permanente, florestadas ou não, em qualquer hipótese.
- (D) florestadas de preservação permanente e as florestas necessárias ao abastecimento local ou nacional de madeiras e outros produtos florestais.
- (E) degradadas ou aterradas com material nocivo à saúde, salvo se tomadas as medidas necessárias à sua recuperação.

39. Considerem-se as proposições a seguir, relativas às disposições da Lei Federal n.º 11.445/2007 quanto aos serviços de saneamento básico.

- I. Os serviços compreendem abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e o manejo dos recursos hídricos.
- II. A titularidade dos serviços é atribuída ao poder público estadual.
- III. A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante outros instrumentos de natureza precária.
- IV. É assegurado aos usuários acesso a informações sobre os serviços prestados e a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.
- V. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação desses serviços públicos, a existência de plano de saneamento básico e a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

São corretas as proposições

- (A) I, II, III e IV, somente.
- (B) I, III, IV e V, somente.
- (C) II, IV e V, somente.
- (D) III, IV e V, somente.
- (E) I, II, III, IV e V.

40. Considerem-se as proposições a seguir, relativas ao conteúdo da Lei Estadual n.º 9.509/97, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente.

- I. São definidos como princípios, entre outros, a realização do planejamento e zoneamento ambiental, o estabelecimento de diretrizes para a localização e integração das atividades industriais e para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transporte.
- II. É constituído o Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA –, que tem como órgão central a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SMA.
- III. Definem-se, para fins de controle ambiental, as licenças prévia (LP), de instalação (LI) e de operação (LO).

Estão corretas as afirmações

- (A) I e II, somente,
- (B) II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) III, somente.
- (E) I, II e III.

41. A legislação federal de recursos hídricos estabelece que o comitê de uma bacia hidrográfica será composto por representação
- (A) dos poderes executivos da União e de Estados (ou Distrito Federal) e Municípios cujos territórios se situem, total ou parcialmente, na bacia hidrográfica, limitada à metade do total de membros; dos usuários das águas; e das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.
 - (B) do Poder Executivo da União – através dos ministérios do Meio Ambiente, das Minas e Energia e das Relações Exteriores (no caso de bacias limítrofes com outros países) e da FUNAI (no caso de bacias que contenham terras indígenas) – e da sociedade civil, respeitada a paridade entre poder público e organizações sociais.
 - (C) tripartite entre Estados (ou Distrito Federal), Municípios e sociedade civil, considerados, neste último caso, os diferentes segmentos, como movimentos ambientalistas, entidades classistas e de moradores e instituições técnico-científicas.
 - (D) da União e dos Estados (ou do Distrito Federal), na proporção de um terço dos membros, dos municípios ribeirinhos, também com um terço, e da sociedade civil, considerados, neste último caso, os diferentes segmentos, como movimentos ambientalistas, entidades classistas e de moradores e instituições técnico-científicas.
 - (E) paritária entre Poder Público (União, Estados e/ou Distrito Federal e municípios) e iniciativa privada, representada pelas entidades empresariais e de grandes consumidores de água não residenciais e concessionárias de serviços de saneamento.

As questões de números 42 a 44 referem-se à Lei Estadual n.º 9.866/97, que dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo.

42. São objetivos da Lei, dentre outros,
- (A) preservar e recuperar os mananciais de interesse regional no Estado de São Paulo e conter o crescimento populacional e o avanço dos assentamentos de baixa renda sobre as áreas protegidas.
 - (B) descentralizar o planejamento e a gestão das bacias hidrográficas desses mananciais, com vistas à sua proteção e à sua recuperação e conter o crescimento populacional e o avanço dos assentamentos de baixa renda sobre as áreas protegidas.
 - (C) descentralizar o planejamento e a gestão das bacias hidrográficas desses mananciais, com vistas à sua proteção e à sua recuperação, e criar sinergias com os demais itens da agenda ambiental, relativas à biodiversidade e ao aquecimento global.
 - (D) compatibilizar as ações de preservação dos mananciais de abastecimento e as de proteção ao meio ambiente com o uso e ocupação do solo e o desenvolvimento socioeconômico e criar sinergias com os demais itens da agenda ambiental, relativas à biodiversidade e ao aquecimento global.
 - (E) compatibilizar as ações de preservação dos mananciais de abastecimento e as de proteção ao meio ambiente com o uso e ocupação do solo e o desenvolvimento socioeconômico e integrar os programas e políticas habitacionais à preservação do meio ambiente.

43. Uma favela de ocupação antiga, anterior a 1996, situa-se em APRM, em área de intervenção definida como Área de Recuperação Ambiental (ARA). Isso significa que
- (A) a área encontra-se em processo de recuperação, com a regeneração da vegetação ribeirinha e autodepuração do manancial, após terem sido tomadas todas as medidas corretivas, previamente ao enquadramento como ARA.
 - (B) a área poderá tornar-se Área de Ocupação Dirigida (AOD), bastando que seja implantada infra-estrutura mínima de coleta de esgoto e de lixo, e que se comprove que há, dentro da microbacia, destinação adequada de efluentes e resíduos sólidos.
 - (C) a área, uma vez tendo recebido intervenção corretiva, em relação ao comprometimento dos mananciais, poderá ser reenquadrada como Área de Ocupação Dirigida (AOD) ou de Restrição à Ocupação (ARO), conforme o caso.
 - (D) a favela será necessariamente removida e a área, após recuperação comprovada pelo Relatório de Situação da Qualidade da APRM e revegetação, passará a se enquadrar como Área de Restrição à Ocupação (ARO).
 - (E) é proibida a implantação de infra-estrutura, devendo ser tomadas as medidas cabíveis para intervenção da fiscalização, com remoção imediata das famílias e recuperação ambiental da área.
44. A Lei Federal n.º 7.661/88, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro,
- (A) obriga a instituição, por lei, de Planos Estaduais e Municipais de Gerenciamento Costeiro, que deverão estabelecer normas e diretrizes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, bem como limitações à utilização de imóveis, prevalecendo sempre, no licenciamento de atividades por eles abrangidas, as disposições de natureza mais restritiva.
 - (B) obriga a instituição, por lei, de Planos Estaduais e Municipais de Gerenciamento Costeiro, que deverão estabelecer normas e diretrizes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, bem como limitações à utilização de imóveis, prevalecendo sempre, no licenciamento de atividades por eles abrangidas, as disposições da legislação federal sobre a estadual e as desta, sobre a municipal.
 - (C) obriga a instituição, por lei, de Planos Estaduais e faculta a instituição de Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro, que poderão estabelecer normas e diretrizes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, bem como limitações à utilização de imóveis, prevalecendo sempre, no licenciamento de atividades por eles abrangidas, as disposições de natureza mais restritiva.
 - (D) obriga a instituição, por lei, de Planos Estaduais e faculta a instituição de Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro, que poderão estabelecer normas e diretrizes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, bem como limitações à utilização de imóveis, prevalecendo sempre, no licenciamento de atividades por eles abrangidas, as disposições da legislação federal sobre a estadual e as desta, sobre a municipal.
 - (E) faculta a instituição, por lei, de Planos Estaduais ou Municipais de Gerenciamento Costeiro, que poderão estabelecer normas e diretrizes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, bem como limitações à utilização de imóveis, prevalecendo sempre, no licenciamento de atividades por eles abrangidas, as disposições de natureza mais restritiva.

- 45.** As Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRMs)
- (A) são indicadas em planta anexa, que é considerada parte integrante da lei.
 - (B) serão definidas em lei específica de cada APRM.
 - (C) serão definidas por estudos técnicos das concessionárias dos serviços de saneamento e consignadas em Decreto do Executivo Estadual.
 - (D) permanecerão as mesmas definidas nas leis estaduais n.º 898/75 e n.º 1.172/76.
 - (E) coincidem com as unidades de conservação existentes na data da promulgação da lei.

As questões de números **46** e **47** referem-se à Lei Estadual n.º 10.019/98, que dispõe sobre Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado de São Paulo.

- 46.** Na definição do Zoneamento Ecológico-Econômico, instrumento central do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, as unidades territoriais serão enquadradas na tipologia de zonas

- (A) Z1 a Z5, com graus crescentes de alteração das características primitivas dos ecossistemas, devendo a regulamentação das zonas ser definida por decreto específico para cada Setor Costeiro.
- (B) Z1 a Z9, com graus decrescentes de alteração das características primitivas dos ecossistemas, devendo a regulamentação das zonas ser definida por decreto específico para cada Setor Costeiro.
- (C) Z1 a Z5, com graus crescentes de alteração das características primitivas dos ecossistemas, devendo a regulamentação das zonas ser definida por lei específica para cada Setor Costeiro.
- (D) Z1 a Z9, com graus decrescentes de alteração das características primitivas dos ecossistemas, devendo a regulamentação das zonas ser definida por lei específica para cada Setor Costeiro.
- (E) Z1 a Z5, com graus decrescentes de alteração das características primitivas dos ecossistemas, devendo a regulamentação das zonas ser definida por lei específica para cada Setor Costeiro.

- 47.** Para fins de definição do Zoneamento Ecológico-Econômico e dos prazos de regulamentação, são definidos os Setores Costeiros

- (A) Litoral Norte I (Norte de Caraguatatuba, inclusive), Litoral Norte II (São Sebastião a Bertioga), Áreas conurbadas da Baixada Santista, Litoral Sul I (Mongaguá a Peruíbe) e Litoral Sul II (Sul da Serra dos Itatins, inclusive).
- (B) Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia, Litoral Norte, Vale do Ribeira e Baixada Santista.
- (C) Litoral Norte, Baixada Santista, Litoral Sul e Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia,
- (D) Litoral Norte, Litoral Sul e Região Metropolitana da Baixada Santista.
- (E) Litoral Norte, Baixada Santista, Vale do Ribeira e Litoral Sul.

- 48.** Com relação aos conteúdos de um estudo de impacto ambiental (EIA), a Resolução CONAMA n.º 01/86 estabelece que

- (A) o termo de referência para a elaboração do EIA deverá ser aprovado pelo órgão colegiado do SISNAMA ao qual estiver afeta a posterior aprovação do estudo.
- (B) será delimitada a área a ser direta ou indiretamente afetada, devendo o diagnóstico ambiental abranger os meios físico, biológico e socioeconômico.
- (C) deverão ser atendidos todos os itens constantes do *check list* anexo à Resolução, salvo dispensa expressa por parte do órgão competente do SISNAMA.
- (D) deverá ser elaborado plano de monitoramento apenas para os impactos negativos, para avaliação da suficiência das medidas mitigadoras requeridas.
- (E) as informações devem ser colocadas em linguagem e formato que permitam o acesso amplo por parte dos interessados, especialistas ou não na matéria.

- 49.** Um município submeteu um pedido de financiamento de projeto de sistema de resíduos sólidos, que está em análise pelo agente técnico do órgão financiador. De acordo com a Lei n.º 12.300/2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, serão critérios de elegibilidade para a concessão de um financiamento dessa natureza,

- (A) a auto-suficiência do município na destinação dos resíduos e a sustentabilidade financeira e técnico-operacional dos empreendimentos.
- (B) a auto-suficiência do município na destinação dos resíduos e o atendimento às diretrizes e recomendações dos planos regionais e estadual de resíduos sólidos.
- (C) o atendimento às diretrizes e recomendações dos planos regionais e estadual de resíduos sólidos e a sustentabilidade financeira e técnico-operacional dos empreendimentos.
- (D) a certificação ambiental da série ISO 14000 e a auto-suficiência do município na destinação dos resíduos.
- (E) a certificação ambiental da série ISO 14000 e o atendimento às diretrizes e recomendações dos planos regionais e estadual de resíduos sólidos.

50. Segundo Rozely F. dos Santos (2004:133), a legislação brasileira prevê, dentre outras, a possibilidade de formulação de zoneamentos
- (A) agrícola, climático e geoambiental.
 - (B) ambiental, climático e ecológico-econômico.
 - (C) geoambiental, agrícola e industrial.
 - (D) ambiental, urbano e industrial.
 - (E) agrícola, urbano e ecológico-econômico.

51. Considerem-se as proposições a seguir, relativas aos planos de manejo para unidades de conservação.

- I. Preservação dos recursos naturais.
- II. Conservação dos recursos naturais.
- III. Uso dos recursos naturais para pesquisa científica.
- IV. Visitação pública na forma de atividades de educação ambiental.
- V. Visitação pública na forma de ecoturismo.

Segundo Rozely F. dos Santos (2004:38), os planos de manejo são instrumentos voltados para

- (A) I, III e IV, somente.
- (B) I, II, e III, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) II, III e IV, somente.
- (E) I, II, III, IV e V.

As questões de números 52 e 53 referem-se ao texto a seguir.

Um plano de saneamento ambiental de um manancial de abastecimento público está sendo elaborado. A bacia hidrográfica em questão sofreu intenso processo de urbanização, em passado recente, havendo grande quantidade de esgoto e de resíduos sólidos não-coletados, gerados em assentamentos precários, os quais afluem para os cursos d'água e se constituem em uma grande carga de nutrientes. Prevêem-se, entre outras ações, a implantação de sistemas de coleta de esgotos, a serem revertidos para fora da bacia, e a universalização dos serviços de varrição e coleta de resíduos sólidos.

Na formulação das metas de qualidade da água do manancial, foi utilizada a quantidade diária de fósforo como indicador da carga de nutrientes que afluem ao reservatório, a ser monitorado em um conjunto de postos de controle.

Estimaram-se valores para esse indicador em três cenários. No tendencial, o indicador alcançaria 200 kg/dia, indicando uma carga de nutrientes que poderia precipitar um processo de eutrofização das águas do reservatório. No cenário desejável, com a máxima remoção tecnicamente possível de cargas, o valor do indicador seria de 90 kg/dia. Finalmente, no cenário considerado possível, denominado cenário dirigido e adotado como horizonte de planejamento do plano, a quantidade diária de fósforo ficaria em 149 kg/dia, avaliando-se que esse valor poderia ser alcançado com os recursos disponíveis e não comprometeria o aproveitamento do manancial.

52. O plano deve orientar suas ações para

- (A) minimizar a quantidade total diária de fósforo que afluem ao reservatório, de modo a atender ao cenário dirigido, independentemente das cargas totais de nutrientes.
- (B) minimizar as cargas de nutrientes que afluem ao reservatório, medidas pelo indicador fósforo, o qual deve atender a meta do cenário dirigido.
- (C) minimizar as cargas de nutrientes e maximizar a quantidade total diária de fósforo que afluem ao reservatório de modo a atender a meta do cenário tendencial.
- (D) maximizar as cargas de nutrientes, necessárias ao processo de eutrofização, e minimizar a quantidade total diária de fósforo que afluem ao reservatório, de modo a atender a meta do cenário dirigido.
- (E) maximizar as cargas de nutrientes, necessárias ao processo de eutrofização, e a quantidade total diária de fósforo que afluem ao reservatório, de modo a atender a meta do cenário tendencial.

53. O limite máximo dos investimentos que a concessionária de saneamento poderá aportar dentro do programa de saneamento é determinante

- (A) do cenário tendencial, apenas.
- (B) dos cenários tendencial e desejado.
- (C) do cenário dirigido, apenas.
- (D) dos cenários desejado e dirigido.
- (E) do cenário desejado, apenas.

54. Na formulação de políticas habitacionais e no planejamento de ações em áreas ambientalmente frágeis que sofreram ocupação urbana precária, ganha importância a consideração dos riscos ambientais decorrentes da instabilização de encostas e margens de cursos d'água. Os processos de instabilização de encostas associados a movimentos de massa, tais como conceituados em Cunha e Guerra (orgs.) (2003:205-210), podem ser classificados em

- (A) cisalhamentos, escorregamentos, rotações e solapamentos.
- (B) corridas, escorregamentos, quedas de blocos e rastejamentos.
- (C) cisalhamentos, corridas, rotações e quedas de blocos.
- (D) cisalhamentos, escorregamentos, rastejamentos e solapamentos.
- (E) escorregamentos, quedas de blocos, rotações e solapamentos.

55. Na formulação de políticas ambientais e no planejamento da gestão de áreas protegidas, identificam-se duas estratégias, definidas no trabalho organizado por CUNHA e GUERRA (2003:63-66) como preservacionista e conservacionista. Essas duas estratégias caracterizam-se, segundo os autores,
- (A) a primeira, pela criação de unidades de conservação e por uma estratégia coercitiva e punitiva, de regulação e controle, e a segunda, crítica à primeira, por uma maior atenção para a relação entre pobreza, subdesenvolvimento e degradação dos ecossistemas terrestres.
- (B) a primeira, por uma maior atenção para a relação entre pobreza, subdesenvolvimento e degradação dos ecossistemas terrestres e por uma crítica à segunda, a qual, por sua vez, caracterizar-se-ia pela criação de unidades de conservação e por uma estratégia coercitiva e punitiva.
- (C) a primeira, pela ênfase na preservação da biodiversidade, com a definição de agendas ambientais locais, dentro de uma visão descentralizada, e a segunda, pela estratégia orientada pela agenda dos países desenvolvidos, com ênfase nas questões do aquecimento global e dos recursos naturais não-renováveis.
- (D) a primeira, pela estratégia orientada pela agenda dos países desenvolvidos, com ênfase nas questões do aquecimento global e dos recursos naturais não-renováveis, e a segunda, pela orientação mais local, dentro de uma visão descentralizada, com ênfase na conservação da biodiversidade.
- (E) a primeira, por uma ênfase maior nos processos de produção e reprodução sociais, em sua interação com o meio ambiente, e a segunda, complementar à primeira, por uma maior preocupação com o patrimônio ambiental, visto tanto como recurso quanto como meio.
56. Nos últimos anos, é crescente o recurso ao planejamento e gestão participativos como forma de fortalecer as políticas ambientais. Considerado o caso de áreas de interesse ambiental situadas total ou parcialmente no Município de São Paulo, as principais formas pela qual tem-se institucionalizado a participação da população, seja na gestão de APAs, seja na de bacias hidrográficas, ou mesmo de parques urbanos, são
- (A) as pesquisas de opinião pública, pelas quais se capta a disposição da população a cooperar com a implementação das políticas ambientais.
- (B) as consultas de tipo plebiscitário, nas quais as decisões quanto à preservação ambiental são submetidas ao escrutínio popular.
- (C) os órgãos colegiados, como os comitês de bacias hidrográficas e conselhos gestores, que reúnem poder público e representações da sociedade civil.
- (D) as assembleias e conselhos populares de usuários e moradores, formados pelos movimentos sociais, que assumem diretamente a implementação das políticas.
- (E) as comissões parlamentares de acompanhamento da gestão ambiental.
57. CUNHA e GUERRA (2003:48-50) constroem um quadro no qual se resumem as iniciativas e políticas na área ambiental no País, dentro de uma periodização por eles proposta. No período de 1972 a 1987, são ações relevantes das políticas ambientais no Brasil
- (A) a definição e criação de Áreas de Proteção Ambientais (APAs), a partir de 1981, e a regulamentação da obrigatoriedade de EIA-RIMA (1986).
- (B) a regulamentação da obrigatoriedade de EIA-RIMA (1986) e a criação do Ministério do Meio Ambiente (1987).
- (C) a definição e criação de Áreas de Proteção Ambientais (APAs), a partir de 1981, e a formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos (1986).
- (D) a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1972, e do Projeto de Assentamento Extrativista (1985).
- (E) a formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos (1986) e a criação do Projeto de Assentamento Extrativista (1985).
58. A Cartografia Geotécnica aplicada ao Planejamento na Grande São Paulo, desenvolvida pelo IPT e pela Emplasa, foi experiência pioneira de planejamento ambiental no Estado de São Paulo. A Carta de Aptidão Física ao Assentamento Urbano, contida naquele trabalho, permite identificar limitações e potencialidades do meio físico, em relação às possibilidades de ocupação urbana, a partir de cartas contendo uma compartimentação do território por meio do cruzamento entre informações de
- (A) geomorfologia e litologia.
- (B) hidrologia e litologia.
- (C) hidrografia e litologia.
- (D) geomorfologia e hidrologia.
- (E) hidrografia e geomorfologia.
59. Na Região Metropolitana de São Paulo, vêm recebendo tratamento regionalizado, nos programas e projetos planejados e implantados nas últimas duas décadas, as questões de
- (A) uso e ocupação do solo, transportes e arborização urbana.
- (B) uso e ocupação do solo, produção de água e macrodrenagem.
- (C) transportes, produção de água e macrodrenagem.
- (D) arborização urbana, transportes e produção de água.
- (E) arborização urbana, transportes e macrodrenagem.

60. O Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê identificou como problemas críticos, em relação ao abastecimento público de água da Região Metropolitana de São Paulo,
- (A) a má qualidade da água do Tietê e seus afluentes, devido à falta de tratamento de esgotos na RMSP, e o avanço da ocupação urbana sobre os mananciais.
 - (B) a má qualidade da água do Tietê e seus afluentes, devido à falta de tratamento de esgotos na RMSP, e as deficiências no tratamento de água para o abastecimento público.
 - (C) o avanço da ocupação urbana sobre os mananciais e as deficiências no tratamento de água para o abastecimento público.
 - (D) a baixa disponibilidade de água na Bacia e as deficiências no tratamento de água para o abastecimento público.
 - (E) a baixa disponibilidade de água na Bacia e o avanço da ocupação urbana sobre os mananciais.

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

61. Em cartografia, uma planta caracteriza-se principalmente pela:
- (A) exigüidade das dimensões da área representada e ausência de qualquer referência à curvatura da Terra.
 - (B) amplidão das dimensões da área representada e presença de referência à curvatura da Terra.
 - (C) representação de áreas de médias dimensões e ser monocromática.
 - (D) representação de áreas de amplas dimensões e ser colorida.
 - (E) exigüidade das dimensões da área representada e presença de referência à curvatura da Terra.
62. Os dados de informações marginais destinam-se a
- (A) auxiliar o cartógrafo a identificar, interpretar e determinar no campo, as feições que irão ser cartografadas posteriormente.
 - (B) auxiliar o usuário a identificar, interpretar e determinar a precisão e a fidelidade do material cartografado.
 - (C) marcar as feições geomorfológicas irrelevantes à interpretação do material cartografado ou a ser cartografado.
 - (D) auxiliar o usuário a identificar feições pequenas ou irrelevantes na Carta Internacional do Mundo (CIM).
 - (E) marcar sistematicamente, nas margens verticais do material cartografado, os números em algarismos romanos I, II, III, IV, V, VI e VII, e, nas margens horizontais, as letras minúsculas a, b, c, d, e, f, g e h.

63. Latitude é o ângulo entre
- (A) o fio de prumo, ou plano do horizonte, e o meridiano de origem escolhido arbitrariamente.
 - (B) o plano do meridiano celeste e o plano do meridiano de origem, ou primeiro meridiano, escolhido arbitrariamente.
 - (C) o meridiano celeste e o fio de prumo, ou plano do horizonte escolhido arbitrariamente.
 - (D) o fio de prumo e o plano do equador celeste, ou o ângulo entre o plano do horizonte e o eixo de rotação da Terra.
 - (E) o equador celeste, ou fio de prumo, e o plano meridiano celeste que marca o eixo de rotação da Terra.
64. São informações que não podem faltar em um mapa temático:
- (A) o(s) autor(es), o tema, a escala e a articulação da folha.
 - (B) o tema, anemogramas, a escala e a fonte de dados utilizados na elaboração do mapa.
 - (C) o tema, a legenda, a escala e a fonte de dados utilizados na elaboração do mapa.
 - (D) a articulação da folha, a fonte de dados utilizados em sua elaboração, a síntese das informações nele contidas e o(s) autor(es).
 - (E) anemogramas, o(s) autor(es), a escala e o relevo.
65. Os mapas temáticos
- (A) mostram conceitos geográficos como densidade de população, clima, geologia e movimento de bens.
 - (B) mostram a forma, posição e feições naturais.
 - (C) servem como referência para elaboração de mapas topográficos.
 - (D) apresentam limitação, pois não podem representar fenômenos que tenham distribuição espacial.
 - (E) não permitem cruzamento de informações, pois sua elaboração é feita em camadas separadas.
66. A cartografia temática de inventário
- (A) é uma cartografia qualitativa que hierarquiza os fenômenos a representar, sem contudo preocupar-se com o posicionamento geográfico dos fenômenos a mapear.
 - (B) é uma cartografia quantitativa, classificando, ordenando e hierarquizando os fenômenos a representar.
 - (C) exige alto conhecimento técnico e pensamento subjetivo, pois representa a correlação, cruzamento, função ou interligação de fenômenos.
 - (D) visa definir um levantamento quantitativo dos elementos representados nos mapas, sem se preocupar em apresentar o posicionamento geográfico dos fenômenos a mapear.
 - (E) estabelece um levantamento qualitativo dos elementos representados nos mapas e se preocupa apenas em apresentar o posicionamento geográfico dos fenômenos a mapear.

67. A divisão de imagens é uma operação comum em sensoria-
mento remoto e é bastante utilizada na determinação dos
chamados índices de biomassa ou de vegetação. Com respeito
à razão de bandas, pode-se afirmar que é uma operação
- (A) linear e, conseqüentemente, produz resultados que não
precisam ser reescalados para o intervalo 0-255 antes
de serem mostrados no monitor.
 - (B) não-linear e, conseqüentemente, produz resultados que
não precisam ser reescalados para o intervalo 0-255
antes de serem mostrados no monitor.
 - (C) não-linear e, conseqüentemente, produz resultados que
precisam ser reescalados para o intervalo 0-255 antes
de serem mostrados no monitor.
 - (D) linear e, conseqüentemente, produz resultados que pre-
cisam ser reescalados para o intervalo 0-100 antes de
serem mostrados no monitor.
 - (E) não-linear e, conseqüentemente, produz resultados que
precisam ser reescalados para o intervalo 0-100 antes
de serem mostrados no monitor.
68. A resolução espectral é um conceito inerente
- (A) a fotografias aéreas coloridas, feitas em pares estereos-
cópicas.
 - (B) às imagens multiespectrais de sensoriamento remoto.
 - (C) a imagens de radar.
 - (D) ao sistema sensor que o capacita a “enxergar” objetos.
 - (E) ao espectrômetro.
69. Uma composição colorida falsa-cor é a combinação de 3 ban-
das espectrais de satélite para a formação de uma composição
colorida. Para produzi-la utilizando sensores do LANDSAT,
deve-se utilizar as combinações:
- (A) MSS 7, 5, 4 e TM 3, 2, 1 em RGB.
 - (B) MSS 4, 3, 2 e TM 7, 5, 4 em RGB.
 - (C) MSS 4, 3, 2 em RGB.
 - (D) TM 3, 2, 1 em RGB.
 - (E) MSS 7, 5, 4 e TM 4, 3, 2 em RGB.
70. Em bancos de dados, os modelos georrelacionais apresentam,
como vantagem,
- (A) a possibilidade de o banco de dados espacial apresentar
o campo chave primária com valores repetidos.
 - (B) facilidade de modificação do banco de dados espacial
permitindo, assim, expandir, acessar, atualizar e apagar
o atributo de um dado.
 - (C) a possibilidade de o banco de dados espacial apresentar
o campo chave primária sem atribuição de valores.
 - (D) a possibilidade de expandir, acessar, atualizar e apagar
o atributo de um dado sem a modificação do banco de
dados espacial.
 - (E) a impossibilidade de expansão, acesso e atualização do
atributo de um dado, sem a modificação do banco de
dados espacial.

